



# Prefeitura Municipal de Mucurici

## Estado do Espírito Santo

### RELATÓRIO DE ATIVIDADES DO ÓRGÃO CENTRAL DE CONTROLE INTERNO

**Emitente:** *Unidade Central de Controle Interno do Poder Executivo*

**Unidade Gestora:** *Prefeitura Municipal de Mucurici/ES*

**Gestor responsável:** *Atanael Passos Wagmacker.*

**Exercício:** 2023.

#### 1. Introdução

A Controladoria Geral elaborou Plano Anual de Atividades para o exercício de 2023, que foi enviado ao Prefeito Municipal, tendo como destaque os trabalhos de monitoramento, acompanhamento e revisão das normas de procedimentos, processos, folha de pagamento, bem como acompanhamento do FalaBr, Ouvidorias, verificação do Portal Transparência, dentre outros.

Objetivando apoiar o controle externo no exercício de sua missão institucional, e avaliar os resultados, quanto a eficácia e economicidade da gestão orçamentária, e ainda subsidiar a emissão do parecer final sobre as contas ora avaliadas, realizamos inspeções, análises, verificações e exames em diversos procedimentos e expedientes referentes ao exercício financeiro de 2023. Conforme estabelece o Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo.

Cabe ao controle analisar todas as medidas adotadas pela administração, avaliando cumprimento dos programas, objetivos, metas e orçamentos, para assim, assegurar o cumprimento da lei. Visto isso, foram realizadas averiguações e inspeções dentro do possível, observando pontos específicos a serem melhorados, alterados e acompanhados, não sendo realizado a auditoria propriamente dita, mas foram feitas inspeções e constatações de ponto de controle nos processos.

Na tabela a seguir, composta pelo referencial 1 da referida IN, apresentamos os processos e procedimentos analisados por esta Unidade Central de Controle Interno da Prefeitura de Mucurici – ES.

1. Itens de abordagem prioritária						
1.1. Gestão fiscal, financeira e orçamentária.						
Código	Ponto de controle	Processos Administrativos analisados	Base legal	Procedimento	Universo do Ponto de Controle	Amostra Selecionada
1.1.2	Despesa – realização	Relatório emitido do	Lei 4.320/19	Avaliar se foram realizadas	Relatório de empenho emitido do Software	Análise nos processos físicos, bem como Relatório

sem prévio empenho	software de Contabilidade Pública – PMM	64, art.60.	despesas sem emissão de prévio empenho.	de Contabilidade Pública do PMM no exercício de 2023, bem como análise de processos físicos.	da Prefeitura Municipal de Mucurici – exercício de 2023
--------------------	---	-------------	---	--	---

**Constatações:** De acordo com os processos analisados, bem como verificação pelo Software de Contabilidade não foram realizadas despesas sem emissão de empenho prévio no exercício de 2023 pela Prefeitura Municipal de Mucurici.

## 1.2. Gestão Previdenciária

1.2.1	Registro por competência a - despesas previdenciárias patronais	Relatório emitido do software de Contabilidade Pública – PMM – Razão de Plano de Contas referente INSS Serviços e Agentes Políticos exercício de 2023.	<ul style="list-style-type: none"> <li>• CF/88, art. 40.</li> <li>• LRF, art. 69.</li> <li>• Lei 9.717/1998, art. 1º.</li> <li>• Lei 8.212/1991</li> <li>• Lei Local Regime de competência</li> </ul>	Verificar se foram realizados os registros contábeis orçamentários e patrimoniais, das despesas com obrigações previdenciárias, decorrente dos encargos patronais da entidade referentes às alíquotas normais e suplementares, observando o regime de competência.	CF/88, artigo 40: Aos servidores titulares de cargos efetivos da União, dos Estados, do DF e dos Municípios, incluídas suas autarquias e fundações, é assegurado regime de previdência de carácter contributivo e solidário, mediante contribuição do respectivo ente público, dos servidores ativos e inativos e dos pensionistas, observados critérios que preservem o equilíbrio financeiro e actuarial e o disposto neste artigo.	Relatório Prefeitura Municipal de Mucurici – Razão do Plano de Contas referente a INSS Servidores e Agentes Políticos – exercício de 2023.
-------	---	--	---	--	---	--

**Constatações:** Conforme verificação no relatório do Exercício de 2023 foram apresentadas devidas liquidações nos meses de competência e pagamento no mês seguinte referente ao período de 01 de janeiro de 2023 a 31 de dezembro de 2023 – Razão do Plano de Contas – INSS Servidores e Agentes Políticos da Prefeitura Municipal de Mucurici.

## 1.3. Gestão patrimonial

Código	Ponto de controle	Procedimentos administrativos analisados	Base legal	Procedimento	Universo do ponto de controle	Amostra selecionada
1.3.1	Bens em estoque, móveis, móveis e intangíveis – registro contábil compatibilidade com	TERALM, TERIMO, BALPAT, TERINT, COMINV.	CRFB/88, art. 37, Caput c/c Lei 4.320/1964, arts. 94 a 96.	Avaliar se as demonstrações contábeis e evidenciam a integralidade dos bens em estoque, móveis, imóveis e intangíveis em compatibilidade com os inventários	Bens Almostrado (consumo), Bens Móveis e Imóveis e Bens Intangíveis.	Tabelas 14 (Resumo do inventário do Almostrado), Tabela 12 (Resumo de inventário de Bens Imóveis), Tabela 10 (Resumo do inventário de Bens Móveis).

	inventário.			anuais, bem como, as variações decorrentes de depreciação, amortização ou exaustão, e as devidas reavaliações.		
--	-------------	--	--	--	--	--

**Constatações:** A tabela de resumo de inventário do almoxarifado apresentou o valor dos bens em almoxarifado referente ao Saldo anterior de R\$ 43.135,60 (quarenta e três mil, cento e trinta e cinco reais e sessenta centavos). O Resumo de Invetário de Bens Imóveis apresenta o valor referente a Saldo Anterior de R\$ 20.564.864,37 (vinte milhões, quinhentos e sessenta e quatro mil, oitocentos e sessenta e quatro reais e trinta e sete centavos) com novas aquisições no valor de R\$ 5.354.987,49 (cinco milhões, trezentos e cinquenta e quatro mil, novecentos e oitenta e sete reais e quarenta e nove centavos), totalizando ao final do exercício de 2023 o valor de R\$ 25.890.266,34 (vinte e cinco milhões, oitocentos e noventa mil, duzentos e sessenta e seis reais e trinta e quatro centavos). Já no que concerne ao Termo Circunstanciado de Bens Intangíveis não existem registros de bens de natureza intangível em nenhuma das Unidades Gestoras no ano de 2023. A tabela de Resumo de Inventário de Bens Móveis apresenta um saldo anterior de R\$ 11.359.234,70 (onze milhões, trezentos e cinquenta e nove mil, duzentos e trinta e quatro reais e setenta centavos), com as novas aquisições no valor de R\$1.092.608,24 (hum milhão, noventa e dois mil, seiscentos e oito reais e vinte e quatro centavos), totalizando um saldo atual de R\$ 12.382.787,94 (doze milhões, trezentos e oitenta e dois mil, setecentos e oitenta e sete reais e noventa e quatro centavos). Não se restaram constatadas diferenças nos valores entre saldo contábil e saldo de Inventário, e verificou-se que as depreciações estão sendo devidamente realizadas.

1.3.3	Disponibilidades financeiras – Depósito e aplicação	Relatório emitido do software de Contabilidade Pública PMM – Boletim da Tesouraria	LC 101/2000, art. 43 c/c § 3º, artigo 164 da CRFB/88.	Avaliar se as disponibilidades financeiras foram depositadas em instituições financeiras oficiais.	LRF – LC 101/00, artigo 43. As disponibilidades de caixa dos entes da Federação serão depositadas conforme estabelece o §3º do artigo 164 da CF: As disponibilidades de caixa da União serão depositadas no banco central; as dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e dos órgãos ou entidades do Poder Público e das empresas por ele controladas, em instituições financeiras oficiais, ressalvados os casos previstos em lei.	Declaração emitida pela Tesouraria, contendo informações sobre movimentações financeiras.
-------	---	--	---	--	--	---

**Constatações:** Os recursos financeiros em sua totalidade disponíveis ao Fundo Municipal de Saúde de Mucurici estão depositados em instituições financeiras oficiais, quais sejam: BANESTES, Banco do Brasil e Caixa Economica Federal.

## 1.5. Demais atos de gestão

Código	Ponto de controle	Procedimentos administrativos analisados	Base legal	Procedimentos	Universo do ponto de controle	Amostra selecionada
1.5.1	Documentos integrantes da PCA – compatibilidade com o normativo do TCE.	Análise das peças que compõem a PCA enviadas a esta CGM – Controladoria Geral do Município de Mucurici	IN reguladora da remessa de prestação de contas	Avaliar se os documentos integrantes da PCA estão em conformidade com o requerido no anexo correspondente da IN regulamentadora da remessa de prestação de contas.	A prestação de Contas Anual enviada a este Tribunal deverá atender a IN para que tenha uma padronização uniformidade das atividades do Sistema) Contabilidade homologações de balancetes por assinaturas digitais) e Transparência (acompanhamento das emissas pelos urisdicionados).	Após análise de alguns documentos enviados para esta CGM, foi possível preparar este relatório, bem como, os demais relatórios enviados para o TCE-ES.

**Constatações:** Conforme as peças/documentos integrantes da PCA referente ao Exercício de 2023 enviadas para esta CGM 23 de fevereiro de 2024, após análise e elaboração dos relatórios podemos dizer que atendem a Instrução Normativa do TCE-ES.

## 2. Itens de abordagem complementar

### 2.2 Gestão fiscal, financeira e orçamentária

Código	Ponto de controle	Procedimentos administrativos analisados	Base legal	Procedimentos	Universo do ponto de controle	Amostra selecionada
2.2.30	Despesa – realização de despesas – irregularidades	Análises de conformidade em processos.	LC 101/2000, art. 15 c/c Lei 4.320/1964, art. 4º.	Avaliar se foram realizadas despesas consideradas não autorizadas, irregulares e lesivas ao patrimônio público, legais e/ou legítimas.	Lei 4.320/1964 – artigo 4º. A lei de Orçamento compreenderá todas as despesas próprias dos órgãos do Governo e da administração centralizada, ou que, por intermédio deles se devam realizar, observado o disposto no artigo 2º.	Análise de documentos, relatórios e processos.

**Constatações:** Após análise de documentos, relatórios e processos, não foram constatadas despesas não autorizadas, não realizadas, nem irregularidades lesivas, ilegais ou ilegítimas ao patrimônio público, estando em conformidade com legislação em vigor.

2.2.32	Pagamento de despesas sem	Análises de conformidade em processos e Relatório de	Lei 4320/1964, art. 62.	Avaliar se houve pagamento de despesa sem sua regular	O pagamento da despesa só será efetuado quando ordenado após sua	Análises de conformidade em processos e Relatório de Software da Contabilidade Pública PMM.
--------	---------------------------	--	-------------------------	---	--	---

	regular liquidação	Software da Contabilidade Pública PMM		liquidação.	regular liquidação.	
<b>Constatações:</b> Após verificação em processos físicos e relatório da Contabilidade, não foram encontrados pagamentos de despesas sem sua regular liquidação na Prefeitura Municipal de Mucurici.						

## 2.6. Demais atos de gestão

Código	Ponto de controle	Procedimentos administrativos analisados	Base legal	Procedimento	Universo do ponto de controle	Amostra selecionada
2.6.4	Pessoal teto	Declaração do Setor Recursos Humanos – Folha de Pagamento	CRFB/88, art. 37, inciso XI.	Avaliar se o teto remuneratório dos servidores públicos vinculados ao órgão obedeceu o disposto no artigo 37, inciso XI, da CRFB/88.	CF/88, artigo 37, inciso XI: remuneração e subsídio dos ocupantes de cargos, funções e empregos públicos da administração direta, (...) pensões ou outra espécie remuneratória, percebidos cumulativamente ou não, incluídas as vantagens pessoais ou de qualquer outra natureza, não poderão exceder o subsídio mensal, em espécie, dos Ministros do Supremo Tribunal Federal, aplicando-se como limite, nos municípios, o subsídio do Prefeito(...).	Declaração do Setor de Recursos Humanos e Folha de pagamento da Prefeitura Municipal de Mucurici – Exercício de 2023.

**Constatações:** Conforme análise realizada na Folha de Pagamento da Prefeitura Municipal de Mucurici referente ao ano de 2023, o teto remuneratório dos servidores públicos não excede o subsídio mensal do Prefeito Municipal limite máximo para pagamento.

## 2. AUDITORIAS E OUTROS PROCEDIMENTOS REALIZADOS

A Controladoria Geral examinou os documentos que compõem a Prestação de Contas Anual das Unidades Gestoras e dos Prefeito do Município de Mucurici/ES, relativo ao exercício financeiro de 2023.



# **Prefeitura Municipal de Mucurici**

## **Estado do Espírito Santo**

No que concerne ao monitoramento da Lei de acesso à informação está publicado no Portal da Transparência mês a mês o estatístico de pedidos de informações recebidos, atendidos e indeferidos, bem como informações genéricas dos solicitantes. Foi verificado que o serviço de informação está disponível física e online, permitindo que os cidadãos encaminhem solicitações, reclamações, dúvidas, dentre outros. Cabe salientar que todas as solicitações foram atendidas/concluídas dentro do prazo.

Após realização das análises nos processos e procedimentos acima elencados, foram realizadas as constatações abaixo de cada item, destarte não foram encontrados achados que necessitem a indicação de proposições e alertas.

### **3 – TOMADAS DE CONTAS ESPECIAIS (TCE) E PROCEDIMENTOS ADMINISTRATIVOS INSTAURADOS NA UG**

Após análise, o departamento jurídico deste Município informou que não houveram processos de Tomada de Contas Especial instaurada no exercício de 2023 no Município de Mucurici – ES, frisando que a única Tomada de Contas identificada encontra-se arquivada no sistema.

Mucurici, 25 de março de 2024.

Jossiléia Silva de Oliveira Soares  
Controladora Interna